



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 6^a REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

FORTALEZA/ CE, 22 e 23 de maio de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ABERTURA

A 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 22 e 23 de maio de 2025, de forma mista, presencial e remota por videoconferência.

A Sr.^a Sandra Silvestre, Secretária Executiva do CPG, cumprimentou a todos os presentes e solicitou que aguardassem para a entrada dos membros. Após atingir o quórum, foram apresentadas as orientações para a condução da reunião mista, destacando o respeito ao tempo de fala (máximo de 3 minutos), o uso da função "levantar a mão" no Microsoft Teams para pedir a palavra, microfones desligados fora do momento de fala e câmeras ligadas. Também foi reforçada a necessidade de assinatura da lista de presença virtual e o respeito entre os participantes.

Em seguida, a Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do Ceará, Sr.^a Keivilanny Gonçalves, agradeceu ao presidente Luiz Gastão e ao deputado anfitrião pelo espaço, aos presentes e à sua equipe pelo apoio, desejando uma boa reunião. A Sr.^a Sandra Silvestre também agradeceu à Fecomércio e à SFPA pelo suporte, e deu início à apresentação dos membros, conforme a Portaria SAP/MAPA nº 83/2023, e dos convidados, solicitando que se apresentassem ao falar o nome da instituição.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 6ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma remota por videoconferência:

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Thamires Bride Ventura (Apoio Técnico)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

Senhora Rafaela Passarone (SERMOP)

Senhor Leonardo Martins Pinheiro (SNPI)

Senhora Adayse Bossolani da Guarda (SNPA)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Antônio Queiroz Lezama

Senhor Roberto Ribas Gallucci

Senhor Gilberto Sales

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Titular)

Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Comandante Fonseca Azeredo (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Claudia Ramos Zagaglia (Titular)

Senhor Igor de Brito Silva (Convidado)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

Senhora Jackeline Nobrega Spínola

Senhora Angela Zaccaron da Silva

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Josué Bezerra de Freitas Neto (Convidado)

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Amapá (SEPAQ-AP)

Senhor Ricardo Silveira de Medeiros (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Francisco Pereira Canafistula (Convidado)

- Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG/ES)

Senhora Inajara Marques Bezerra Oliveira (Titular)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA):

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABEP):

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) (Ausente)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Giovani Genázio Monteiro (Membro Titular)

Senhor Antônio Carlos Corrêa

Senhor Marcos A. Bailon (Convidado)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Francisco Antônio Bezerra (Convidado – representando Sr. Manoel Lourenço Ferreira, Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR) (Ausente)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Thaíza Maria Rezende da Rocha Barreto (Membro Titular)

Senhor Agnaldo Hilton dos Santos (Membro Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA) (Ausente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-CE)

Senhora Keivilanny Gonçalves (Convidada)

Senhor Felipe Augusto de Alencar Goyanna (Convidado)

Senhor Thiago Holanda Basilio (Convidado)

Senhor Breno Gustavo B. Costa (Convidado)

Senhor Kleber Colares (Convidado)

Senhora Ana Beatriz Leite (Convidado)

Senhor Geraldo Magela Neves (Convidado)

Senhor João Henrique C. Bezerra (Convidado)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-PE)

Senhor Josué Bezerra Tenorio Filho (Convidado)

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA-ES)

Senhor Ravi Sales de Paula (Convidado)

- Associação dos Proprietários de Barcos de Pesca do Rio Grande do Norte (ASPERN)

Senhor Pedro Gilson Dias de Araújo (Convidado)

Senhor Wilson Justiniano (Convidado)

Senhor Vinicius Melo Seixas (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Associação de Qualificação Social dos Armadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Estado do Ceará (QUALIPESC)

Senhor Emanuel Neves (Convidado)

Senhor Henrique Almeida (Convidado)

Senhor Talles Lisboa Vitória (Convidado)

CONVIDADOS DO MPA e de outras instituições

- Grupo Técnico-Científico do CPG Atuns e Afins (GTC)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Coordenador do GTC)

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

Senhor André Luiz Dutra Mattos (Convidado)

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos (Convidado)

- Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Senhora Danielle da Silveira Monteiro (Convidada)

Senhora Amanda Zanchetta (Convidada)

- Projeto Albatroz

Senhor Gabriel Canani Sampaio (Convidado)

- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA-RN)

Senhor Guelson Batista da Silva (Convidado)

- Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Senhor Raimundo Felix da Rocha (Convidado)

Senhor John Early (Convidado)

- Colônia de Pescadores Z-33 de Areia Branca – RN (Colônia Z-33)

Senhor Francisco Antônio Bezerra (Convidado)

- Oceana Brasil



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Letícia Bruning Canton (Convidada)

Senhor Caio Ishibashi Minei (Convidado)

- Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Pesca de Santa Catarina (SITRAPESCA)

Senhor José Henrique Pereira (Convidado)

- Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA)

Senhor Miquéias Portela Carvalho (Convidado)

- Global Fishing Watch (GFW)

Senhora Luana Arruda Sêga (Convidada)

- Crusoe Food

Senhor Clodoaldo Sousa (Convidado)

- Instituto Sea Shepherd Brasil (Sea Shepherd)

Senhora Nathalie Gil (Convidada – IBAMA)

- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Senhor Francisco Marcante Santana da Silva (Convidado IBAMA)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

AIS	Automatic Identification System – AIS (tradução: Sistema de Identificação Automática)
APA	Área de Proteção Ambiental
BET	Bigeye Tuna: albacora-bandolim, <i>Thunnus obesus</i>



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

BLF	Blackfin Tuna: atum-preto, <i>Thunnus atlanticus</i>
BTC	Banco Técnico Científico
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CPC	Cooperating Non-Contracting Party/ Contracting Party
Decreto nº 6.514/2008	Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008
FAD	Fish aggregating devices (tradução: Dispositivos de Agregação de Peixes)
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico
INI nº 10/2011	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011
INI nº 07/2014	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 7, de 30 de outubro de 2014
IN IBAMA nº 19/2023	Instrução Normativa 19, de 02 de junho de 2023
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MONA	Monumento Natural
MPA	Ministério Da Pesca e Aquicultura
MSE	Avaliação de Estratégia de Gestão
NGE	Núcleo de Gerenciamento e Execução (NGE) do PROPESC
POP, PEP, CPI e PAP	Pescador Profissional (POP), Pescador Profissional Especializado (PEP), Contrameste de Pesca na Navegação Interior (CPI), Patrão de Pesca de Alto Mar (PAP)
Portaria nº 30/2025	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30, de 22 de abril de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROPESC	Programa Nacional de Regularização das Embarcação de Pesca
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
S	Região Sul
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SE	Região Sudeste
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SMA	Shortfin Mako: mako, cação-mako, cação-anequim, (<i>Isurus oxyrinchus</i>)
SNA	Secretaria Nacional de Aquicultura
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
TED	Termo de Execução Descentralizada
UC	Unidade de Conservação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
SKJ	Skipjack Tuna: bonito-listrado, <i>Katsuwonus pelamis</i>
YFT	Yellowfin Tuna: albacora-laje, <i>Thunnus albacares</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Sr.^a Sandra Silvestre, Secretária Executiva do CPG, apresentou a agenda da 6^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

Foi solicitada a alteração da data da apresentação “Mecanismo que Facilite a Exportação de Pescado do Cardume Associado”, que seria feita pelo professor Vinicius Seixas no segundo dia de reunião. Os participantes concordaram com a alteração para o fim do primeiro dia.

O prof. Ricardo Medeiros (SEPAQ-AP) solicitou um curto período durante a tarde do segundo dia durante a pauta de “Demais demandas de ordenamento”, para fazer uma apresentação sobre o ordenamento na latitude de 1° e 23 N, a qual foi aprovada.

Assim, a Sr.^a Sandra Silvestre deu por aprovada a agenda com as modificações solicitadas e deu segmento à reunião.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA 7^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CPG ATUNS E AFINS

A Sr.^a Sandra Silvestre informou que a ata da 7^a Reunião Extraordinária foi enviada dentro do prazo para a contribuição dos membros, no entanto não houve contribuições no documento. Assim, solicitou a aprovação da ata e, como não houve oposição, a ata foi aprovada.

5. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DO CPG ATUNS E AFINS (informação)

A Sr.^a Sandra Silvestre, Secretária Executiva do CPG, informou que o site do Ministério da Pesca e Aquicultura disponibiliza um Panorama com o status das recomendações dos CPGs. Sobre o CPG Atuns e Afins, relatou que existem 50



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

recomendações no total, dentre elas 54% não foram atendidas. Assim, apresentou a devolutiva das recomendações não realizadas ou em andamento desde a 1ª Reunião Ordinária.

Com relação ao detalhamento das recomendações, a [REC 08/2023B, REC 09/2023B, REC 10/2023B](#) e [REC 5/2024](#), foram consideradas atendidas pois as ações foram realizadas ou seriam tratadas durante a 6ª Ordinária. Já as recomendações [REC 10/2023B](#) e [REC 4/2024](#), não foram realizadas, mas estão no planejamento para o segundo semestre de 2025.

A Sr.^a Mônica Peres (ICMBio) solicitou a retirada da recomendação [REC 3/2023](#), que estabelece “ICMBio reenviar Mapas de Bordo oficialmente”, pois entende que foi aprovada equivocadamente. Assim, propôs a atualização do status para “em andamento” ou “atendida”, considerando os avanços entre ICMBio e MPA com a disponibilidade de dados do PesqBrasil e dos mapas de bordo já digitalizados.

O Sr. Marcos Bailon pediu esclarecimentos acerca da [REC 5/2024](#), que versa sobre a possibilidade de agrupar as modalidades de permissionamento 1.1 e 1.2.

A Sr.^a Mariana Lobato, Secretária Executiva do CPG, explicou que para atendimento da recomendação seria necessário a alteração da INI nº 10/2011, demandando maior tempo de análise e ressaltou que a proposta será considerada na revisão da INI nº 10/2011. Assim, o Sr. Marcos Bailon reforçou a importância de retomar o tema devido à semelhança operacional das modalidades 1.1 e 1.2 e seus impactos.

O professor Rodrigo Sant'Ana, coordenador do GTC comentou sobre a necessidade de tempo para análise das recomendações do GTC. Destacou que as respostas científicas demandam tempo para coleta e análise de dados, e que a principal solução é melhorar a governança entre GTC e CPG. Sant'Ana manifestou tristeza por haver mais recomendações não atendidas do que atendidas e pediu um



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

tempo ao final da reunião para apresentar uma proposta de aprimoramento. Sandra pediu que todos permanecessem até o fim para ouvir a sugestão no dia seguinte.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) apoiou a fala do professor e pontuou que há também uma questão jurídica interna de gestão entre MPA e MMA, que resulta na demora de resposta. Solicitou bom senso e respeito ao setor produtivo, aos pesquisadores e a todos envolvidos, mantendo o foco na resolução de problemas.

A Sr.^a Sandra (MPA) esclareceu que muitas recomendações necessitam de um fluxo de trabalho interno entre MPA e MMA, incluindo reuniões técnicas para alinhamento das demandas e propostas, principalmente para publicação de normas. Destacou que a demora no processo não se trata de engavetamentos de processos e resoluções que “ficam esperando pressão para ser assinadas”. Sem mais manifestações, seguiu para pauta seguinte, apresentada pela SERMOP/MPA.

6. INFORMES DE MONITORAMENTO E CONTROLE PARA O ANO DE 2025 E INFORMES SOBRE O PREPS

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) fez informes acerca do PROPESC, afirmando que o período de inscrições para as vistorias públicas foi encerrado e que as vistorias já foram iniciadas e estão em andamento. Ressaltou que as vistorias privadas podem ocorrer a qualquer momento e que o programa atenderá algumas recomendações do CPG.

Com relação à [REC 11/2023B](#), o Sr. Alex Lira informou a publicação do [Painel sobre o Programa Nacional de Monitoramento de Atuns e Afins](#) (PMPA) em janeiro de 2025. Informou também que os dados apresentados e publicados no painel são oriundos do TED coordenado pelo professor Paulo Travassos, abrangendo informações coletadas por observadores de bordo e pelos monitoramentos realizados nos portos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira informou que haverá mudanças no fluxo de contato com o armador para informar sobre a disponibilidade dos observadores de bordo, anunciando que o contato com armadores será feito via ofício enviado ao e-mail cadastrado no RGP, a partir de junho de 2025. Assim, solicitou divulgação da informação.

O Sr. Alex Lira também informou que o sistema de reporte da Declaração de Entrada de tubarão-azul em empresas pesqueiras, criado e coordenado pelo MMA, já está ativo, conforme previsto na [Portaria nº 30/2025](#). Complementou que já há dados reportados e estes seriam apresentados pelo Prof. Sant'Ana e, posteriormente, publicados oficialmente.

Em relação à futura portaria da albacora-bandolim, o Sr. Alex Lira informou que o sistema de entrada de dados está sendo desenvolvido pelo grupo de TI do MPA e deve entrar em funcionamento ainda no ano de 2025. Ressaltou que quando o sistema for finalizado, o envio de informações será via sistema e não mais por formulário eletrônico, o que será comunicado com tempo hábil para adaptação. Informou também que está prevista a inclusão de novos portos de desembarque na nova portaria.

Complementando a fala do Sr. Alex sobre o PROPESC, a Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) comentou que a adesão do setor pesqueiro ao Programa foi muito baixa, relatando que apenas 6.000 embarcações solicitaram a vistoria pública. Destacou que o prazo da realização das vistorias é até julho de 2027, assim muitas embarcações deverão realizar vistorias de forma privada. Ainda assim, solicitou a ampla divulgação do Programa para maior celeridade na análise dos processos.

Em sequência, a Sr.^a Rafaela apresentou o andamento da revitalização do PREPS, destacando as diversas ações realizadas, como as discussões com a Marinha e MMA, reuniões com a Global Fishing Watch, visitas técnicas, formalização



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

do GT PREPS, parceria com a UFSC por meio do TED nº 34/2024 e consultas aos CPGs e proprietários de embarcações.

A Sr.^a Rafaela informou que o GT PREPS estava atualizando seus membros devido a mudanças internas, mas o sistema já estava em desenvolvimento, com a Marinha fornecendo seus códigos-fonte. Afirmou que a revitalização é prioridade na SERMOP e que, na data da reunião, aguardava-se o repasse de verbas para prosseguimento das atividades do TED, assinado em dezembro/2024.

A Sr.^a Rafaela relembrou que ofícios foram enviados em março e abril (Ofício MPA nº 1021/2024 e Ofício MPA nº 186/2025) solicitando opiniões dos participantes. Informou que apesar dos prazos estipulados para obter informações iniciais, quaisquer sugestões podem ser enviadas para o e-mail >> [<<](mailto:preps@mpa.gov.br).

Além disso, ressaltou que o PREPS possui dois módulos para obtenção de informações: um painel público e um módulo de acesso restrito para órgãos, em caso de solicitação feita a SERMOP.

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) informou que com frequência há situações de fiscalização em que embarcações são flagradas operando em modalidades diferentes das que são permissionadas, sob alegação de que “é o recurso da vez”. Assim, questionou se seria viável fazer uma convocação de vistoria, no âmbito do PROPESC, para estas embarcações infratoras, justificando que isto seria um agravante no procedimento administrativo e o processo de absorção das informações prestadas pelo IBAMA deveria ser mais célere.

Com relação ao painel de acompanhamento dos embarques, a Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) sugeriu que o painel apresentasse a informação da quantidade de embarques acompanhados por observadores de bordo em termos de percentual, considerando a obrigatoriedade que é estabelecida em percentual nas normas e na



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ICCAT. Assim, sugeriu ao MPA que entre em contato com Leandro Zago, do ICMBio, que faz parte do comitê PREPS.

Além disso, Sr.^a Claudia perguntou se as enlatadoras de atuns estão previstas no reporte de entrada do pescado de albacora-bandolim. Também perguntou quais medidas o MPA toma em relação às informações, já informatizadas, de que há maior quantidade de embarcações com transmissão irregular de rastreamento do PREPS. Sugeriu ainda suspender a licença destas embarcações e apresentar um link constando a lista de embarcações suspensas até a regularização, para evitar o ciclo de irregularidades que se dá a partir daí.

Em relação ao PREPS, o Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) respondeu que, apesar de não ter acesso à lista de embarcações que foram autuadas pelo IBAMA, já é previsto que o Ceará será o terceiro Estado a ser vistoriado pelo PROPESC, entre setembro e outubro/2025, já o Rio Grande do Norte será em janeiro de 2026. Além disso, visto que o PROPESC é um decreto instituído pelo presidente da República, toda discussão que lhe refere deve ocorrer junto à casa civil, portanto não poderia responder de prontidão se haveria possibilidade de colocar estas embarcações autuadas para serem vistoriadas com prioridade. Porém, poderia levantar a questão internamente para discutir a viabilidade.

Com relação ao Painel, o Sr. Alex afirmou que seria sim possível apresentar o percentual de cruzeiros acompanhados por observadores de bordo. Ele concordou que é uma informação relevante do ponto de vista de transparência e que levaria a demanda para sua equipe. Também respondeu que as enlatadoras são contempladas como empresas pesqueiras e, desde 2023, é obrigatório que empresas que trabalham, manuseiam, importam ou exportam pescados no país são caracterizadas como empresa Pesqueira e precisam ter RGP.

Com relação às informações de monitoramento, a Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) respondeu que a SERMOP/MPA está implementando uma rotina para avaliação dos instrumentos de monitoramento, dentre elas, o cruzamento e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

organização das informações do PREPS e dos mapas de bordo de forma manual, mas estão planejando outras estratégias. Além disso, pediu à Sr.^a Claudia que enviasse via ofício a lista das embarcações flagradas operando em desconformidade com suas permissões, juntamente com sugestões para a antecipação de suas vistorias no âmbito do PROPESC, para formalizar as solicitações. No entanto, avisou que seria uma solicitação difícil de incluir um novo cronograma geral, porém, poderia avaliar a possibilidade de fazer esta priorização por Estado, adequando ao cronograma atual.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) elogiou a grande interação com os gestores da pesca e parabenizou o MPA e MMA pela publicação norma do tubarão-azul, um avanço que vai controlar a pesca da espécie utilizando a cota determinada pela ICCAT. Também elogiou o projeto tubarão Azul, da FURG, que tem gerado muitos dados de pesquisa com observadores de bordo em convênio com o MPA.

Ele relatou que foi realizada comunicação com as empresas que recebem o tubarão azul, e estas solicitaram melhorias no sistema do site de reporte, que funciona com lentidão. O orador também comentou que há discrepância entre os reportes das pescarias do Sudeste e Sul e do Norte, variando quanto a quais barbatanas são retiradas. Por isso, as empresas solicitaram que tenham acesso aos dados enviados, tanto os próprios quanto de outras empresas, por pelo menos 24h pós reporte, para realizar possíveis correções de erros. Isso traria padronização dos dados de reporte, bem como transparência para a sociedade civil e para o órgão fiscalizador, o IBAMA.

Adicionalmente, o Sr. Giovani sugeriu que se faça o controle de cota da pesca de espadarte, considerando que é signatário da ICCAT e em nome da transparência dos recursos pesqueiros. Ele afirmou saber que a equipe de ordenamento do MPA é extremamente reduzida, sendo desumano o que fazem pelos CPGs e pelo país todo. Apesar de ver um grande avanço no ordenamento pesqueiro com a interação com o MMA e o ICMBio, reforçou a necessidade de ordenar também o espadarte diante a diferença entre as regiões do Brasil.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Thaíza Barreto (SINDIPI) pediu esclarecimentos sobre o PMPA pois relatou dificuldades para coordenar os embarques de observadores de bordo com os armadores. Em relação ao PREPS, perguntou se vai haver algum tipo de novo licenciamento para empresas, visto que alguns associados já demonstraram interesse em equipamentos mais tecnológico e menores.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou que as atividades do PMPA se reduziram exatamente por causa da formalização desse fluxo, mas a ideia é que partir de 1º de junho, início da aplicação da nova abordagem discutida com o professor Paulo. Assim, a partir das indicações de locais e datas específicas de acordo com a disponibilidade dos observadores de bordo, será feita a formalização de contato por ofício. Apesar de provavelmente haver problemas no início, essa logística visa suprir a dificuldade de conseguir embarcar observadores em algumas regiões específicas, e essa formalização vai agilizar a logística do projeto.

A Sr.^a Thaíza alegou que o problema maior é a previsibilidade de embarque do observador, principalmente na pescaria de atuns em que os cruzeiros duram semanas e o cronograma das embarcações é difícil. A oradora disse haver casos em que o observador está disponível no porto, porém não há embarcações, por isso solicitou repensar nessa questão.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) reforçou a necessidade de apoio das entidades para o bom funcionamento do PROPESC. Com relação ao PREPS, informou que serão duas etapas, sendo a primeira a melhoria do sistema. Com o reestabelecimento do sinal das empresas já homologadas, se seguiria para a segunda etapa, de teste de novos equipamentos e homologação de novas empresas, portanto já são previstos novos licenciamento.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESC), a ser chamado nesta ata por Bell Neves, informou que no Ceará houve várias reclamações dos pescadores e armadores sobre o PROPESC, destacando a falta de divulgação ampla e de comunicação entre os órgãos, o que resultou em perda de prazos para inscrição das vistorias públicas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Também relatou protestos e descontentamentos devido ao alto custo das vistorias privadas comparadas ao preço simbólico (mais ou menos R\$100,00) cobrado na vistoria para adquirir a documentação. Assim, solicitou a ampliação das vistorias públicas, considerando a insegurança gerada para os pescadores e por ser um Programa piloto com duração de três anos. E sugeriu ainda a ampliação da equipe de vistoriadores considerando os funcionários das Secretarias Estaduais e Superintendências que também são habilitados para tal.

Com relação ao PREPS, disse no Ceará e Rio Grande do Norte há muitos casos de multas resultantes de problemas no sistema, apesar de os pescadores reportarem falhas no sistema de localização quando reparam, não é justo para o pescador e gera muita insegurança jurídica. Por isso solicitou agilidade na resolução dos problemas e sugeriu descentralizar as empresas bom como associações com universidades parceiras, podendo ainda envolver as marinhas locais.

A Sr.^a Rafaela Passarone informou que a orientação é realmente fazer o reporte de falha de sinal, encaminhando um e-mail para registrar a reclamação. Ressaltou a necessidade de contactar a empresa e fazer a revisão periódica. Em relação às falhas gerais, o procedimento é sempre comunicar no site para oficializar o registro e para incluir nos processos se tiver falha.

No entanto o Sr. Bell Neves retrucou que quando o sistema cai, o MPA que deveria fazer a comunicação pois o pescador só descobre depois que a multa chega. Além disso, disse que o sistema está sobrecarregado e obsoleto, e questionou qual garantia teriam de que o problema não se repetiria após as atualizações.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) respondeu que não há como reparar o que já passou, por isso reforçou a necessidade de comunicação e formalização das falhas futuras durante o período de ajuste, porém, alegou que diante a revitalização do sistema, o problema vai ficar cada vez menos frequente. Caso tenha alguma situação de falha geral, com o aviso oficial do problema será possível colocar a informação no processo, para que ninguém seja penalizado injustamente.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Além disso, ressaltou que o decreto do PROPESC dispensou as exigências do PREPS e do mapa de bordo até 1º de janeiro de 2025, para fins de regularização.

A Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) ressaltou que existe um grupo de trabalho específico trabalhando na atualização do PREPS e a Sr.^a Rafaela, coordenadora do GT PREPS, fez uma comunicação sobre o andamento do trabalho e anotou todas as questões levantadas na presente reunião para levar ao GT. Assim, pediu para avançar com a pauta.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) assumiu ter faltado uma melhor comunicação do MPA com o setor em relação ao PROPESC em várias regiões, o que resultou em alguns casos de falta de informação ou a informação desencontrada. Visto que o MPA recebeu vários ofícios de reclamação e pedidos de extensão de prazo para inscrição, isso será discutido internamente, porém isso ainda não é nem de longe uma possibilidade. Sobre a ampliação da equipe de vistoriadores, esclareceu que a Portaria já previu uma lista locais e de técnicos para fazer as vistorias, porém esta deve ser atualizada na medida que entram novos servidores do processo seletivo simplificado do MPA, resultando num corpo técnico maior distribuídos pelo Brasil.

O Sr. John Early perguntou em relação à vistoria do equipamento durante o PROPESC como serão resolvidos os casos de embarcações acima de 10AB que estão com os equipamentos sucateados, pois em seu Estado houve problemas durante as vistorias das embarcações de lagosta.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) disse que o equipamento deve estar funcionando regularmente durante as vistorias, por isso, o MPA açãoou as empresas para montarem um cronograma disponibilizando técnicos para verificar seus equipamentos. Assim, alinhado ao calendário do PROPESC, será viável a manutenção pela empresa de forma rápida e efetiva sem prejudicar o pescador. O Sr. Igor Silva (IBAMA) reforçou que é responsabilidade do responsável pela embarcação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) disse que em sua opinião há sim o que ser feito sobre o que já se passou, visto que a normativa de 2006 prevê que quando um barco deixa de transmitir por mais de 5 horas, o órgão gestor (MPA) deveria informar o armador para que tome conhecimento. Ele perguntou se será considerado na nova normativa o reconhecimento dessas falhas do sistema, pois isso vai beneficiar o réu em caso processo criminal.

A Sr.^a Rafaela afirmou que o Sr. Hazin fez uma boa colocação e que pode ser estudado no GT a possibilidade de implementar algo nesse sentido na Portaria. Ela retificou que quando disse não ser possível reparar o que já passou, foi no sentido de discutir a obsolescência do sistema em termos de tecnologia, a gente de fato não consegue retroagir com relação a isso. Mas no caso de falha no satélite ou no sistema, afetando várias embarcações e não apenas uma, pode-se solicitar uma declaração da empresa, o que já ocorreu em casos de falhas na frota da tainha.

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) reforçou que para ser caracterizado como um problema governamental por erro de sinal do satélite, tem que ser um apagão comum, independente de frota ou espécie alvo. Também reforçou que existe a responsabilidade do dono da embarcação de manter a manutenção preventiva do equipamento e acompanhar a transmissão de suas embarcações. Caso a empresa não acate ao pedido de manutenção ou substituição, o pescador deve se resguardar comprovando a solicitação para o caso de defesa no processo de renovação.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) disse estar feliz com a revitalização deste sistema, que surgiu na universidade a qual é vinculado, algo extremamente robusto que tende a durar mais de 20 anos, por isso o GT deve entender onde está a obsolescência das tecnologias e cuidar disso.

Ele retrucou que na realidade podem também haver casos pontuais de perda de sinal, resultantes até mesmo de erros de acurácia associados ao sistema do equipamento, portanto o GT PREPS deve levar isso em consideração. Além disso, disse haver divergências na determinação de cruzeiro entre instituições diferentes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Para gerar mais transparência no processo de tomada de decisão, sugeriu que os métodos de determinação do que é ou não um cruzeiro sejam apresentados no âmbito de todos os GTCs de forma a unificá-los.

O Sr. Miquéias (APAI-PESCA) perguntou se o MPA levou em consideração as opiniões de melhoria do sistema encaminhadas pelo setor, em resposta ao Ofício MPA nº 1021/2024 e Ofício MPA nº 186/2025), pois ele sugeriu que em vez do sistema de rastreamento atualmente usado, o VMS (*Vessel Monitoring System*), que se utilizasse o AIS (Sistema de Identificação Automática), pois este não apresenta problemas. Quanto às situações de falha de sinal, sugeriu que se usasse as coordenadas anotadas no mapa de bordo.

Além disso, reforçou a fala do Sr. Bell Neves sobre a dificuldade do pescador/armador saber se houve falha no reporte de sinal, e o fato de receberem injustas penalizações posteriores, sejam por meio de multas ou perda de benefícios, como a subvenção do óleo diesel. E exemplificou casos em que o aparelho na embarcação sinaliza um bom funcionamento, acendendo a luz verde, no entanto não emitiu sinal durante até três horas.

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) informou que o GT PREPS está considerando diversos cenários e metodologias, inclusive, comentou que durante o workshop com a Global Fishing Watch, alguns países também relataram diversas falhas com o AIS. Mas atualmente o VMS parece o melhor caminho, necessitando apenas de atualização do sistema. Com relação às falhas de sinal, respondeu que durante as análises considera-se o rastro da embarcação e a trajetória feita, sendo penalizados apenas aqueles que apresentaram falhas por mais de 5h.

O Sr. Felipe Goyanna (SFPA-CE) comentou que o Ceará se encontrava bem envolvido e avançado na execução do PROPESC, mas solicitou maior apoio do MPA. Relatou que que funcionários da SFPA-CE encontravam-se perdidos diante a falha de comunicação, a baixa frequência de reuniões de alinhamentos e a enorme quantidade de demandas. Visto que é um dos trabalhos mais importantes da gestão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

atual e que vai gerar uma quantidade exorbitante de processos, seria necessário realocar mais funcionários para fazer as análises, não só da SERMOP, para evitar que se repitam erros passados como a demora na análise de processos.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) esclareceu que com exceção da SNA, todas as Secretarias do MPA estão contribuindo com as demandas do PROPESC. Porém, ressaltou a importância da fala do Sr. Felipe Goyanna e afirmou que a demanda de descentralização seria levada para a Direção de Registro e Monitoramento e para o NGE. Desta forma, disse que buscara uma melhor comunicação entre a Sede do MPA e as SFPAs, bem como a melhoria nos procedimentos de análises.

A Sr.^a Mônica Peres (ICMBio) reiterou a importância de discutir e encontrar uma solução para os casos relatados pelo IBAMA sobre barcos atuando irregularmente sobre recursos extremamente controlados, diferente de suas permissões. Por isso perguntou se seria viável adicionar à portaria do PROPESC um artigo sobre obrigatoriedade destas embarcações autuadas pagarem a vistoria o privado. Também perguntou como o IBAMA identifica estes barcos.

Diante o atraso da agenda da reunião, a Sr.^a Sandra Silvestre sugeriu que a pergunta fosse feita ao IBAMA posteriormente. Sobre o ajuste da norma do PROPESC, o Sr. Alex Lira (SERMOP) disse que por ser um decreto presidencial, qualquer alteração que venha acontecer deve se ajustar junto à Casa Civil, porém a sugestão será levada em considerações nas discussões internas do MPA.

O prof. Ricardo Medeiros (SEPAQ-AP) falou sobre as possibilidades de complementação do banco de dados do MPA, sugerindo que não se suprimisse as informações dos equipamentos de campo em alto mar, independentemente de ser antigos ou os novos. Também sugeriu que o MPA se mantivesse aberto às possibilidades de regulamentação de tecnologias paralelas, sejam públicas ou privadas, dando como exemplo o Projeto RASTUM.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Lais Pestana (ABIPESCA) reiterou que o PREPS é um programa que está há mais de 10 anos sem atualização, por isso agradeceu os esclarecimentos da SERMOP, e as colocações professor Rodrigo sobre o sistema e toda a questão do método que tem que ser avaliado. Assim, ressaltou que a revitalização é uma demanda que realmente envolve todos os CPGs.

Com relação aos novos instrumentos de repasse, como o sistema educação sugerindo realizar uma reunião extraordinária junto às equipes das empresas que lidam com esses instrumentos, principalmente o mapa de produção e o novo sistema educação. Assim, disse que poderiam esclarecer dúvidas de uso e testar os sistemas junto ao MPA, levando à uma ampla adesão das indústrias aos sistemas.

O Sr. Alex Lira (SERMOP) concordou que foi uma ótima sugestão, para isso, solicitou alinhar com a ABIPESCA e com MMA a organização de uma reunião, talvez não uma extraordinária do CPG, mas sim uma reunião externa com intuito de instruir a indústria. O Sr. Antônio Lezama (MMA) também se colocou à disposição.

A Sr.^a Sandra Silvestre agradeceu as contribuições de todos nas discussões e passou a palavra ao IBAMA para apresentar o próximo ponto de pauta.

7. INFORMES SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA PESCA DE ATUNS EM 2024

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) apresentou dados de 2023 a 2025 sobre infrações relacionadas à pesca, buscando conscientizar o setor. Apontou problemas como pesca sem licença, discrepância nos registros de embarcações e falhas nos dados de captura. Ela fez alguns questionamentos aos participantes que impactam direta e indiretamente as fiscalizações do IBAMA, como segue na Figura 1.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA



QUESTIONAMENTOS DO IBAMA

PARA O MPA:

- Quais são as providências tomadas a partir das comunicações de infrações enviadas pelo IBAMA à sede do MPA e às Superintendências do MPA nos Estados?

PARA A MARINHA DO BRASIL:

- O que as Capitanias dos Portos estão fazendo quando é solicitada a inscrição de uma nova embarcação de pesca sem acompanhamento de **Permissão Prévia de Pesca**?
- Quais são as providências tomadas a partir das comunicações enviadas pelo IBAMA às Capitanias dos Portos, quando informamos suspensão de atividades da embarcação de pesca por falta de autorização?
- Que tipo de controle é realizado na fase de construção das embarcações de pesca antes da inscrição?

PARA O SETOR PESQUEIRO:

- Alguma dificuldade para a emissão da nota fiscal de produtor ou de primeira venda?
- Como as informações do mestre (lat, long e dados de captura) chegam até o responsável legal para preenchimento do Mapa de Bordo?

Figura 1. Questionamento do IBAMA feitos durante a 6^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

Além disso, defendeu a união entre IBAMA, MPA, MMA e setor pesqueiro na fiscalização e sugeriu consolidar regras da pesca de atuns em um único ato normativo. Criticou ainda a baixa qualidade dos dados fornecidos por mapas de bordo e recomendou considerar informações das enlatadoras.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) perguntou como o IBAMA encara a prática de substituição tributária, como em casos de empresas que compram mercadoria de produtores artesanais sem nota colocando os dados da embarcação.

A Sr. Claudia explicou que neste caso é emitida apenas essa nota de entrada, porém são necessárias a nota de entrada da empresa e, também, a nota do produtor, pois esta é a base de sucesso do controle das medidas de gestão. Além disso, a nota do produtor garante o resguardo à empresa de que comprou o pescado de um pescador autorizado, já a nota de entrada não comprova nada pois é emitida pela empresa para a própria empresa.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) comentou que os dados de mapas de bordo realmente têm baixa qualidade, porém é a opção disponível. Além disso, afirmou ter se assustado quanto à discrepância nos números de embarcações registradas como em operação entre os 2 sistemas, Marinha e SisRGP, pois o controle de cotas de atuns e afins já considera que apenas metade das embarcações registradas no MPA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

estão de fato atuando. Por fim, disse ser necessário estreitar as comunicações, sistemas e registros entre as diferentes partes, para uma gestão mais sustentável do processo.

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) ressaltou que até o próprio setor, durante as reuniões dos CPGs, afirma que tem pelo menos três vezes barcos atuantes em mar do que o número registrado.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) pontuou que a Marinha não diferencia embarcações marinhas de continentais, mas apresenta diferentes tipos de embarcação, como balsa, bote, caiaque e a categoria de embarcação pesqueira. Por isso, concordou que deve alinhar os dados das bases. Ele agradeceu pela apresentação e por ter apresentado os tipos de autos de infração registrados, assim o MPA pôde entender o que o IBAMA identifica em campo e, consequentemente, vai fortalecer os pontos fracos. A Sr.^a Claudia complementou que para o alinhamento de dados, é preciso considerar categorias por atividade, segmentando o que se for atividade de pesca.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) parabenizou a Sr.^a Claudia pela apresentação e elogiou o trabalho do IBAMA como órgão fiscalizador. Além disso, fez uma nota de repúdio, como representante de várias entidades do setor pesqueiro, acerca da participação da Sea Shepherd Brasil durante a reunião, pois isso gera mais conflitos e embates negativos durante reuniões do CPG. Por fim, perguntou como se faz a valoração de multas diferenciadas para cada espécie, em caso de coletas fora da lista permitida. E perguntou à Marinha ou ao IBAMA, qual o último acidente que ocorreu em plataforma e o que pode ser feito para viabilizar a pesca nestas áreas.

A Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) explicou que, segundo o regimento interno, qualquer membro pode convidar quem quiser para participar, sem necessidade de justificativa ou filtro da coordenação do CPG. Por isso solicitou a compreensão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Com relação à valoração das multas, a Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) explicou que as multas são aplicadas conforme o [Decreto nº 6.514/2008](#). Sem captura de espécies proibidas, a infração é administrativa, com multas entre R\$300 e R\$10.000, já para infrações como pesca em defeso, área proibida, tamanho mínimo ou petrechos proibidos, a multa é maior (R\$700 a R\$100.000) por ter rebatimento criminal, em ambas as ocasiões, considera-se intencionalidade, danos ambientais e situação socioeconômica do infrator. Ela recomendou a leitura da [IN IBAMA nº 19/2023](#).

O Comandante Fonseca Azeredo (EMA-MB) explicou que a plataforma precisa de um espaço ao redor para sua fixação e segurança, podendo haver cabos de fibra ótica que as ligam a terra. Apesar de a ter muita matéria orgânica que atrai os peixes para perto, a área ao redor deve se manter restrita para a segurança da plataforma e dos pescadores e embarcações.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) concordou com o repúdio à presença do Sea Shepherd, justificando que uma ONG que faz até mesmo críticas ao MPA, ao setor, ao MMA e ao ICMBio não estaria na reunião buscando uma conciliação. Quanto ao mapa de bordo, reforçou que o registro deve ser feito lance a lance, desde 2006. Além disso, solicitou que fosse revista a questão de multas baseadas em uma circular interna do IBAMA que vai contra normas e pareceres do MPA, e às vezes são aplicadas a embarcações do Sudeste e Sul que fazem largadas noturnas. E sugeriu a inclusão de pauta/recomendação ao CPG avaliar a possibilidade de alteração dessa norma, sega com dispositivos de câmera ou no guincho.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) comentou que no Rio Grande do Norte (RN) há uma dificuldade muito grande pois o limite de emissão de nota de produtor é de R\$80.000, e como produtor rural, afirmou que há um gasto de mais de R\$60.000 para uma ida ao mar. Por isso pediu que a situação do RN fosse revista.

A Sr.^a Mônica Peres (ICMBio) pontuou que na frota de cardume associado, só 38% dos barcos que trabalharam dentro das UCs, principalmente no Arquipélago de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

São Pedro e São Paulo, entregam mapa de bordo, além de ser um preenchimento inadequado. Por isso, reiterou que seria importante encontrar um outro meio de controle do reporte de pesca.

O Sr. Antônio Carlos (PESCA-BR) também demonstrou descontentamento sobre a presença da Sea Shepherd, no entanto a Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) solicitou que se seguisse a pauta diante o atraso da agenda, pedindo que somente fossem feitas considerações em relação à apresentação do IBAMA, e demais demandas poderiam ser tratadas no dia seguinte, o qual já estava previsto. O Sr. Antônio Carlos agradeceu e concordou.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESC) parabenizou a apresentação do IBAMA e afirmou que a frota do Ceará deseja regularizar todas as embarcações. Solicitou que se pensasse em conjunto para desenvolver alternativas de um ordenamento democrático que considere os pilares da pesca sustentável, econômica e socialmente.

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) concordou que o IBAMA está sempre à disposição para convites, para fazer esclarecimentos, palestras, sensibilizações e reuniões com as comunidades. E destacou que o órgão faz seu papel de fiscalizador, mas quem determina as normas é o MMA e o MPA.

A Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) agradeceu as apresentações e debates, e solicitou uma pausa para o almoço.

Sessão ICCAT

Após o almoço, a Sr.^a Sandra solicitou aos participantes que fossem concisos em suas falas pois a agenda estava muito atrasada, e informou quais seriam os tópicos a serem trabalhados durante a tarde.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

8. VALIDADORES ESTATÍSTICOS DA ICCAT PARA EXPORTAÇÃO DAS ESPÉCIES ATUNEIRAS

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) explicou que, atendendo a uma demanda de 2024, foi realizado um workshop para capacitar validadores estatísticos para exportação de atuns *Bigeye tuna* (BET - albacora-bandolim) e espadarte. Validadores são certificados gerados por pessoas dentro das indústrias treinadas para controlar exportações, especialmente de albacora-bandolim ou de espadarte, conforme recomendações da ICCAT desde 2001 e regulamentação brasileira desde 2004.

Foi dito que apenas em 2020 se realizou um curso de capacitação de pessoas as quais foram nomeadas via Portaria, a qual definiu os nomes de pessoas capacitadas para emitir os validadores oficiais. Já em 2025, foi realizado pelo MPA um novo workshop para atualizar essa lista, com previsão de alteração da Portaria para incluir os novos capacitados.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) elogiou e agradeceu o apoio do MPA para realizar a demanda do setor.

A Sr.^a Sandra agradeceu e deu a palavra ao prof. Rodrigo Sant'Ana, coordenador do GT, apresentar as próximas pautas.

9. CONSOLIDAÇÕES PRÉVIAS DAS PRODUÇÕES DE 2024 E 2025

O Sr. Sant'Ana agradeceu a oportunidade de apresentar os dados preliminares que serão enviados para a ICCAT e comentou que, se houver alguma necessidade de adequação passível de se adequar, que o momento seria aquele. Assim, apresentou uma tabela consolidada das produções de 2024, estimadas por espécie e por petrecho na modalidade estruturada pela ICCAT, mas afirmou que também existe uma tabela segmentada de acordo com a estrutura de permissionamento brasileira.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Foi apresentado um histórico de dados de coleta histórica de atuns tropicais apontando que SKJ (bonito-listrado) se manteve na média global, mas BET (Albacora-bandolim) e YFT (albacora-laje) mantinham-se abaixo da média até 2010, tendo um aumento de produção até acima da média global a partir de 2013, e uma nova baixa de BET em 2024 até as médias globais. Em sequência falou da consolidação de 2024, destacando que teve baixas produções de BET, de tubarão-azul e pelas frotas de cerco. Houve ainda uma captura relevante do SKJ no espinhel de superfície, em desacordo com o esperado para a modalidade.

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) reforçou que o uso dos mapas de bordo para fazer o controle de cota não seria adequado, e comentou sobre a baixa na captura de BET no ano de 2024 possivelmente seria uma subnotificação, por não ser o comportamento da frota. Ela fez um apelo ao setor para que façam o reporte real de dados pois isso auxiliará o setor, como foi o caso do espadarte que teve um aumento na cota devido ao fato do Brasil mostrar sua real capacidade de pesca. E apontou que num futuro próximo, é possível de a sonegação de informações se tornar um ato negativo.

O Sr. Sant'Ana (GTC) agradeceu à reflexão do IBAMA e apoiou sua fala, destacando a questão de que a sonegação será um ato negativo em breve. Também ressaltou a questão de que o setor produtivo deve enxergar a entrega da informação com todo o respeito e relevância que ela deve ter, não relatando valores abaixo nem acima da captura real. E reforçou que atualmente não há outro instrumento funcional, senão os mapas de bordo, para responder tais produções na gestão no âmbito nacional, principalmente quando se trata de um recurso gerido a nível global, em que cada país quer um pouco.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) também fez um apelo pelo reporte real de dados para viabilizar o aumento das cotas brasileiras. Ele disse acreditar que antes do sistema de digitalização de mapas de bordo pode ter havido dúvidas quanto ao preenchimento do petrecho de espinhel ou de linha de mão, levando ao aumento de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dados de coleta de espinhel. Por isso acredita que em 2025 não deve acontecer o mesmo erro. Além disso, perguntou ao Sr. Sant'Ana quais dados serão reportados à ICCAT quanto ao cação-mako (*Shortfin Mako – SMA*) e ao peixe-prego/*Oil fish*.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana ressaltou que em 2024 os dados já eram digitalizados, portanto, solicitou que os reportes sejam feitos com total atenção, utilizando a distinção entre os petrechos. Sobre o SMA, 30,58 t serão reportadas, dados de reporte de descarte. Sobre o *Oil fish*, disse que houve algum problema no reporte em 2024, mas o Sr. Alex Lira estava ciente e buscando mais informações.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) perguntou se o GTC tinha o comparativo BET por modalidade do ano anterior e desse ano. O Sr. Sant'Ana disse que isso pode ser preparado e apresentado ao CPG.

O Sr. Agnaldo Santos (SNDIPI) perguntou quanto à variação de captura de SKJ de 2022 até atualmente, se os pesquisadores levam em consideração as variações entre dados de avaliações anteriores e produções atuais, visto que há eventos climáticos que poderiam afetar o peso do tubarão, como El Niño, ou então o fato de haver menos barcos atuando atualmente com esta pescaria.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) explicou que a produção de um ano não depende diretamente da produção do ano anterior e, no caso do padrão reprodutivo do *skipjack*, é esperado haver oscilações entre 30 e 40 mil toneladas, com picos reprodutivos seguidos de redução nos anos seguintes. No entanto, os estudos atuais para avaliações de estratégias de manejo buscam compreender como a espécie responde às variações climáticas e de aumento de esforço.

O Sr. Wilson Santos (SNDIPI) pontuou que a queda na produção de bandolim (BET) deve estar relacionada à uma baixa de captura e não à uma subnotificação. Explicou que a espécie é predominantemente destinada à exportação, e apresentou dados de captura e exportação de bandolim dos anos de 2023 e 2024 para reforçar seu argumento. Com relação ao *skipjack*, sugeriu que se analisasse separando a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

participação de linha de mão/*long line* dos dados de isca viva, e pontuou que houve queda no número de embarcações em operação de isca viva, relacionando à queda de produção da espécie.

O Sr. Ricardo Medeiros (SEPAQ-AP) sugeriu que se considerasse, em uma vistoria ou revisão, os dados incertos de mapas de bordo como dados não-controlados nas análises, visto que não se pode ter certeza acerca da veracidade de notificações de boa-fé ou não. Além disso, apontou que atualmente a recomendação imediata é de maior produtividade científica, estimulando uso de dados filogenético de populações a nível de dados multi variados, portanto a ICCAT deveria compartilhar a responsabilidade de pesquisa.

O Sr. Sant'Ana (GTC) contra-argumentou que haveria um equívoco na percepção de responsabilidade, pois os dados de estoque fornecidos à ICCAT são oriundos de diversos países, sendo tudo feito no âmbito da multilateralidade, tanto no ponto de vista científico quanto de gestão. E explicou que a metodologia atualmente usada para as análises dos dados de bordo já considera os dados não-controlados.

O Sr. Gelson Batista (UFERSA-RN) perguntou se a metodologia atual faz o cruzamento de dados entre o material obtido pelos mapas de bordo e o obtido pelos observadores de bordo. Ele perguntou sobre a identificação da albacora-bandolim, pois nunca viu um estudo de acompanhamento de desembarque no Brasil para contabilizar o bandolim, e se dispôs a colaborar.

O Sr. Sant'Ana respondeu que o GTC e os pesquisadores da ICCAT buscam sempre contrastar as informações, no entanto não é uma tarefa fácil. Assim, agradeceu a disposição e convidou os professores Gelson e Ricardo para se inscreverem no banco técnico científico e participarem das reuniões do GTC.

Em sequência, o prof. Rodrigo Sant'Ana prosseguiu com a apresentação acerca das consolidações prévias das produções de 2025, informando sobre as capturas de BET e de SKJ. Também foi falado sobre as avaliações de estoques



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

realizadas em 2024 e que estão sendo realizados em 2025, no âmbito da regional de ordenamento pesqueiro da ICCAT.

O professor ressaltou que em comparação a outras frotas, as pescarias de cardume associado, de *Yellowfin tuna* (YFT – albacora-laje) e *Bigeye tuna* (BET - albacora-bandolim), são as que mais impactam no potencial de recrutamento de novos indivíduos nas populações pois as espécies só se agregam quando juvenis, antes de atingir a maturidade sexual. Ele comentou que o método de *handline*/linha de mão brasileiro de cardume associado ainda não é considerado pescaria de FAD pela ICCAT, e solicitou ao setor que registrassem, por foto ou vídeo, sempre que verem dispositivos FADs europeus para que seja reportado à ICCAT.

Por fim, sinalizou que 2025 será um ano importante com diversas discussões sobre o marlim-branco (*White marlin*), cação-anequim/mako (SMA - *Shortfin mako*) e, destacando, a atualização da avaliação de estoque de albacora-bandolim (BET).

Respondendo à anterior pergunta do Sr. Giovani a respeito dos dados de tubarão-mako que serão reportados à ICCAT, disse que serão considerados na avaliação de estoque do sul e do norte apenas até 2023, bem como para o estoque atlântico de albacora-bandolim. Isso em decorrência da demanda de estimar o descarte vivo e descarte morto a bordo das embarcações que o capturam.

A Sr.^a Mônica Peres (ICMBio) perguntou no chat da plataforma se foram considerados apenas dados de mapas de bordo ou se também foi utilizada modelagem de dados para as estimativas do tubarão azul.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) relembrou que em 2022/2023 o Brasil ultrapassou a cota, gerando uma dívida que foi dividida em parcelas até 2028, e pontuou que houve baixa captura de bandolim em 2024, cerca de 1800 t abaixo da cota. Com isso, perguntou se no ano de 2026, o Brasil poderia voltar ao valor original



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de cota de bandolim, argumentando que poderia ser considerada quitada a dívida de ultrapasse de cota de 2022/2023 devido à baixa captura em 2024.

O Sr. Sant'Ana disse que a regra não permite pois não há esse “crédito” do ponto de vista biológico, no entanto sugeriu que essa questão fosse levantada para discussão na reunião da ICCAT de novembro, por mais difícil que seja a comissão ceder. O Sr. Wilson contra-argumentou que já viu, no âmbito da ICCAT, negociações de cotas entre países, por isso questionou, porém, o Sr. Sant'Ana explicou que isso se aplica apenas a algumas espécies, não incluindo a bandolim.

Outra observação feita pelo Sr. Wilson foi que a exportação do bandolim de 2025 estava parecida com 2024, reforçando que a proporcionalidade da exportação acompanha as capturas, que caíram em 2025.

O Sr. Marcos Bailon (SEPAQ-AP) pontuou que a queda na produção de tubarão-azul deve estar relacionada a dois fatores: o aumento de atividades sísmicas nas áreas de atuação de *long line*, em 2024 e 2025, e em função da interpretação do IBAMA sobre a questão da fauna acompanhante. Estes fatores levaram ao direcionamento das embarcações de *long line* para outras áreas, ou à diminuição na captura da espécie para evitar sanções.

A Sr.^a Thaíza Barreto (SINDIPI) perguntou como está o andamento do MSE do SKJ em 2025. Primeiramente o prof. Sant'Ana explicou que o MSE faz a avaliação de estratégias de gestão de estoque e cotas, simulando dados que consideram as partes biológica e pesqueira e a decisão de gestão, se tornando talvez a melhor das ferramentas para o entendimento de uma decisão antes de tomá-la. Explicou que o mecanismo é usado desde 2021 para criar uma métrica de simulação para que os gestores entendam qual pode ser a melhor decisão, o quanto pode produzir ou pode aumentar, considerando objetivos pré-determinados, como por exemplo manter um rendimento máximo sustentável suportado por 30 anos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Em função de um problema técnico, a Sr.^a Sandra sugeriu fazer um intervalo.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) pontuou que a baixa exportação também está relacionada à situação ruim do mercado americano, principal comprador da produção brasileira. Além disso, relembrou que houve perda de cardumes no ano anterior, o que pode impactar na produção global.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) concordou sobre a importância de também avaliar e entender o efeito econômico nas produções. E pontuou que o primeiro trimestre de 2025 teve a menor produção da frota de linha de mão comparado aos anos anteriores, possivelmente devido à perda de cardumes. Com isso, concluiu que os pesquisadores buscam sempre contrastar diferentes fontes de dados, sejam os mapas de bordo, as relações com a indústria e exportação, para gerar hipóteses e indícios dos dados reais de captura, visto que atualmente não há uma ferramenta precisa. Com isso, a Sr.^a Sandra Silvestre encerrou a Sessão ICCAT.

Sessão Medidas Mitigadoras

10. APRESENTAÇÃO SOBRE MEDIDAS MITIGADORAS PARA ELASMOBRÂNQUIOS COM O ESPINHEL PELÁGICO

A Sr.^a Danielle Monteiro, professora da FURG, agradeceu o convite para a participação no CPG e deu início à sua apresentação explicando o que seriam medidas mitigadoras, sendo métodos que visam à redução da captura das espécies não-alvo na pesca ou redução da mortalidade pós-captura, aumentando a sobrevivência dessas espécies que são capturadas não intencionalmente na nos diferentes métodos de pesca.

Em sequência apresentou algumas táticas e ferramentas utilizadas como medidas mitigadoras para tubarões e raias ao redor do mundo, inclusive um estudo realizado na região norte do Brasil. Com relação à substituição do estropo de aço pelo uso de estropo de nylon, explicou que surgiu de discussões e estudos relacionados ao limite de captura de tubarão-azul. Também comentou sobre pesquisas que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

comprovam a efetividade desta substituição de equipamento tanto na diminuição de captura de tubarão-azul e outras espécies de tubarão, como o aumento da captura de atuns e meca.

Foi explicado, ainda, que diversas características de cada região podem impactar nos resultados de experimentos, portanto são necessários estudos em diferentes regiões do Brasil para avaliar a efetividade de uso de estropo de aço versus estropo de nylon. Por isso, explicou os objetivos e metodologias do estudo que estava sendo realizado em Itajaí e Rio Grande do Sul, por meio de TED em conjunto com a Secretaria Nacional de Bioeconomia do MMA em parceria com o setor pesqueiro.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) parabenizou pelo trabalho, e comentou que na região N/NE as embarcações não usam estropo, porém nas pescarias do Sul é utilizado. Com isso, afirmou que a utilização de estropo de nylon geraria um impacto negativo muito grande na região pois cerca de 70% dos bichos fugiriam. Ainda assim, ele afirmou que o que for determinado pela ICCAT será acatado.

A Sr.^a Danielle esclareceu que a pesquisa não se tratava de uma iniciativa particular, mas sim por uma necessidade, inclusive porque não há dados para apresentar à ICCAT quanto à frota do Sudeste e Sul. Além disso, pontuou que os resultados da pesquisa não necessariamente levarão à uma proibição de uso.

O SINDIPESCA-RN, o ICMBio e o CONEPE parabenizaram a apresentação e se colocaram à disposição para interlocução e realização de pesquisas. A Sr.^a Danielle agradeceu.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) relembrou que na portaria nº 30/2025 já é prevista a proibição do uso de estropo durante uma época do ano para limitar a captura de tubarão-azul, medida necessária para o controle da cota. A prof.^a Danielle concordou.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O prof. Sant'Ana (GTC) e o Sr. Gilberto Sales (MMA) reforçaram que a pesquisa surgiu pela necessidade de dados para embasar as discussões de criação da Portaria do tubarão-azul. O Sr. Gilberto agradeceu também o apoio da frota e dos Sindicatos para a realização da pesquisa, já o professor reforçou a necessidade de envolvimento do setor em diferentes regiões colocando os observadores científicos a bordo para obter o máximo de dados.

O Sr. Igor Silva (IBAMA) reforçou que as discussões do CPG devem sempre visar o fortalecimento da atividade de pesqueira, mas também da gestão sustentável, e que medidas mitigadoras são necessárias para a proteção de diversas espécies ameaçadas. Por isso, afirmou que não se deve descartar a possibilidade de que essa medida mitigadora eventualmente precise ser implementada para contemplar a totalidade da pesca.

O prof. Sant'Ana concordou com o Sr. Igor, no entanto pontuou ser necessário ter cuidado com algumas expectativas sobre o experimento que objetiva analisar a capturabilidade em diferentes materiais de estropo (nylon vs. aço), não tratando da taxa de sobrevivência dos animais após saírem com anzol na boca, o que deve ser analisado em outro estudo.

11. APRESENTAÇÃO SOBRE MEDIDAS MITIGADORAS DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS EM PESCARIAS DE ATUNS

O Sr. Gabriel Canani (Projeto Albatroz) agradeceu o convite e iniciou explicando a origem do projeto, destacando a forte parceria com armadores e pescadores. Dentre as parcerias, comentou sobre a adaptação da ideia de um mestre de pesca para o método Toriline (linhas espanta-aves) com linhas curtas e testes de medidas mitigadoras.

Ele ressaltou que todas as recomendações do projeto seguem tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o ACAP (Acordo para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Conservação de Albatrozes e Petréis) e a ICCAT, sendo que o Brasil é referência no ACAP por adotar três medidas mitigadoras pela INI nº 07/2014.

Além disso, explicou as três medidas (largada noturna, Toriline e regime de pesos) e as ações do projeto, como monitoramento em portos e a bordo, além do assessoramento da frota sobre a INI. Destacou que o projeto não fiscaliza o cumprimento das normas, mas apresentou resultados que comprovam a eficácia das medidas, enfatizando a importância da conservação compartilhada, incluindo a vida humana.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) elogiou o Projeto e destacou sua importância para a pesca no Brasil e de sua adoção por embarcações estrangeiras. Criticou a rigidez na fiscalização dizendo que às vezes falta o bom senso, e exemplificou sobre medidas mitigadoras obrigatórias no verão, quando há menor presença de aves. Ele também sugeriu a revisão da norma INI nº 07/2014. O Sr. Gabriel Canani (Projeto Albatroz) reforçou a disposição do Projeto em testar novas medidas, porém esclareceu que há presença de aves durante todo o ano, com variações sazonais.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) parabenizou o envolvimento do MMA, IBAMA e ICMBio na reunião, reforçando a efetividade da gestão compartilhada, e pediu esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelos observadores de bordo no cálculo e mapeamento dos avistamentos de albatrozes

O Sr. Gabriel informou que toda a área de atuação da frota é acompanhada desde 2002, confirmado a presença dessas aves o ano todo. Trabalhos de rastreamento mostraram que as áreas próximas da ZEE ou fora dela são as mais frequentadas, sendo que quanto mais próximo à costa há menos albatroz e petréis.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) enfatizou a importância de se testar medidas mitigadoras mantendo as premissas de parceria com o setor produtivo, baixo custo, e que sejam sempre efetivas dentro da possibilidade de gerar ganhos de conservação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e de diminuição de capturas não desejáveis. Ele perguntou se haveria recomendações para retomar a discussão sobre testes com base em dados científicos atualizados. O Sr. Gabriel respondeu que os trabalhos científicos mais recentes, de 2024 e 2025, recomendam manter o uso destas três medidas. Além disso, outros dispositivos vêm sendo testados se mostrando eficientes, como os dispositivos de encapsulamento de anzol e uso de anzóis chumbados.

12. APRESENTAÇÃO SOBRE MECANISMO QUE FACILITE A EXPORTAÇÃO DE PESCADO DO CARDUME ASSOCIADO

O prof. Vinicius Seixas (ASPERN) apresentou o caso da frota de cardume associado do Nordeste, destacando peculiaridades na produção, qualidade, procedimentos de abate, armazenamento, desembarque e exportação do atum, com foco nos portos do Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE).

Apontou a importância da qualidade no processo produtivo, necessidade de infraestrutura adequada, rastreabilidade, livre concorrência e fomento à exportação. Também abordou questões sociais, como a necessidade de qualificação técnica dos pescadores (cursos como POP, PEP, API, CPI e PAP) e as condições de trabalho precárias, que afetam a saúde dos trabalhadores.

Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) e Sr. Bell Neves (QUALIPESC) apoiaram os pontos levantados, destacando a importância da qualidade e da capacitação, e cobraram apoio do governo (MPA e MMA) para incentivos e resoluções práticas. A Srª. Mariana Lobato (CPG/MPA) respondeu que o MPA já trabalha com capacitação e está aberto a reuniões com as comunidades pois é uma demanda geral.

O Sr. Vinicius Seixas (ASPERN) complementou que também deve ser discutida a questão do regime de trabalho dos pescadores, que muitas vezes nem sabem mais o que é vida social, sem saber o quanto isso é prejudicial para sua saúde mental e física. E o Sr. Bell Neves pontuou sobre a necessidade de desburocratização



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

para facilitar a habilitação das indústrias, para que possam exportar, visto que há essa carência de indústria nos estados do CE e RN.

O Sr. Henrique Almeida (QUALIPESC) pontuou a necessidade de modernização das embarcações, para melhorar as condições de manipulação e armazenamento do pescado, bem como da melhoria de condições de trabalho para os pescadores a bordo. O prof. Vinicius concordou com a demanda de renovação da frota, destacando que no cardume associado tem embarcações com a mesma estrutura da década de 70.

A Sr.^a Mônica Peres (ICMBio) e prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) alertaram que subsídios para modernização devem ser avaliados com cautela, pois podem aumentar o esforço de pesca, gerando riscos ambientais, econômicos e sociais.

Após as discussões, a Sr.^a Sandra encerrou o primeiro dia de reunião.

SEGUNDO DIA

A Sr.^a Sandra Silvestre, Secretária Executiva do CPG, deu início ao segundo e último dia da 6^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins apresentando a agenda atualizada.

A Sr.^a Nathalie Gil (Sea Shepherd) solicitou 10 minutos ao fim do dia para fazer uma fala sobre a manifestação de alguns a respeito da presença da Organização na reunião. A Sr.^a Sandra disse que seria avaliado ao fim da reunião e a avisaria, em sequência, passou para a primeira apresentação do dia.

12. ATUALIZAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES FEITAS AO IBAMA SOBRE O ANDAMENTO DA ELABORAÇÃO DO NDF DO TUBARÃO AZUL

A Sr.^a Mariana Lobato, Secretária Adjunta do CPG, informou que apesar de prevista, a apresentação do IBAMA sobre o NDF, infelizmente o órgão competente não conseguiu estar presente na reunião. Por isso, ela realizou uma breve atualização



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sobre o andamento do NDF no âmbito do CPG, e explicou que ainda é necessária uma reunião interna entre os órgãos do governo (MPA, MMA e IBAMA) antes de qualquer apresentação formal ao CPG.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) demonstrou descontentamento, e criticou duramente o IBAMA pela falta de posicionamento sobre o NDF, mesmo após o prazo determinado pela CITES (2022) e o produto já entregue por Rodrigo Barreto. Reclamou também da ausência recorrente do IBAMA nas reuniões.

Outros representantes (CONEPE, ABIPESCA, SINDIPI, SINDIPESCA-RN e APAI-PESCA) manifestaram concordância e insatisfação com a demora, sugerindo medidas como: Envolvimento do Itamaraty para intermediar o impasse; tornar o MPA autoridade CITES; ou até a retirada do IBAMA da mesa do CPG por omissão.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) comentou sobre a [**REC 04/2024**](#), solicitando celeridade na resposta em respeito às entidades e aos armadores. Já o Sr. Miquéias (APAI-PESCA) criticou o desperdício diário de toneladas de pescado, o que representa perda econômica para os pescadores e o país.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) explicou que o CPG tem papel consultivo e que representantes técnicos dos órgãos precisam levar as questões internamente antes de apresentar posições oficiais. Sugeriu articulação institucional entre MPA, MMA e IBAMA para resolver os conflitos.

A Sr.^a Cláudia Zagaglia (IBAMA) concordou e esclareceu que apesar de ser titular no CPG, não está diretamente envolvida nas discussões do NDF. Mas informou que o grupo responsável se reúne mensalmente e segue com as tratativas e contratações, não se tratando de prevaricação.

A Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) informou que o IBAMA já foi convidado para participar de reuniões anteriores do CPG, no entanto solicitou uma reunião interna do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

governo antes, a qual ainda não ocorreu. Porém, após essa reunião, haverá retorno ao colegiado. Encerrando o ponto, passou a palavra ao prof. Sant'Ana.

O prof. Sant'Ana (GTC) lamentou a condução das discussões, pois vê um desencorajamento da funcionalidade do CPG. Criticou a falta de transparência e de embasamento científico nas decisões. Pediu desculpas por não conseguir apresentar integralmente as demandas da frota 1.12, limitando-se a uma devolutiva parcial.

13. DEVOLUTIVA DO GTC SOBRE A MODALIDADE 1.12 DAINI MPA/MMA N° 10, DE 2011

A Sr.^a Mariana Lobato (Secretária Adjunta do CPG) informou que apesar de serem dados iniciais, consideraram importante fazer a contextualização. Pontuou sobre as recomendações e discussões sobre o tema, incluindo problemas de fiscalização, erros normativos e discussões na ICCAT. A equipe fez um levantamento sobre as embarcações que atuam na 1.12, reforçando a necessidade de um melhor reporte de dados e a segurança jurídica.

A proposta inicial seria de criação de um edital de conversão das “X” embarcações da 1.12 para cardume associado, desde que tivessem AB igual ou superior a 50, ou com comprimento total igual ou superior a 15 metros, que estejam aderidas ao PREPS, tenham realizado vistoria do PROPESC, e certificado de Boas Práticas Higiênico-Sanitárias a bordo. A oradora reafirmou que se trata de ideias iniciais e por isso abriu para discussão no CPG para que os membros auxiliassem o MPA e o GTC em sua elaboração.

A proposta inicial inclui um edital de conversão de embarcações da 1.12 para o cardume associado, desde que cumpram critérios como AB ou comprimento mínimo, adesão ao PREPS, vistoria do PROPESC e certificado higiênico-sanitário. A ideia foi aberta para discussão para o CPG auxiliar sua elaboração.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Claudia Zagaglia (IBAMA) sugeriu considerar as restrições da albacora-bandolim, reduzir o limite de comprimento mínimo para 10m para adesão ao PREPS e incluir o critério de autorização de navegação para alto-mar, pois já foram flagradas embarcações sem condições para tal.

O Sr. Talles Lisboa (QUALIPESC) solicitou que pudesse apresentar alguns dados da SIAPESQ acerca da distribuição de pescados de atunídeos e de correntes marítimas. Solicitou como encaminhamento: criar um ato normativo adicional para licença em mar territorial, direcionando para onde realmente haja pescado; e correção de licenças, o que pode demorar mais. Com a regularização, disse que as melhoraria o reporte de dados.

O prof. Rodrigo Sant'Ana questionou sobre a origem dos dados apresentados por Talles e a possibilidade de descumprimento de ato normativo, no entanto o Sr. Talles respondeu que não se tratava de descumprimento normas. O Sr. Sant'Ana e a Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) sugeriram que os dados fossem apresentados e analisados cientificamente nas reuniões do GTC.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) disse estar contente com o funcionamento do reporte de capturas por meio eletrônico. Entretanto, apontou discrepâncias nos dados do painel do MPA sobre as modalidades 1.17 e 1.18, o histórico errôneo de compra e venda de atuns oriundos da modalidade 1.12, erros normativos, bem como das multas exorbitantes que barcos pequenos receberam por atuar fora da área. Assim, sugeriu remover embarcações inativas e revisar licenças

O Sr. Bell Neves (QUALIPESC) agradeceu e elogiou o prof. Sant'Ana e representantes do MPA pela disposição para resolver esta demanda já solicitada pelo setor há dois anos, afirmando que o setor recebe de braços abertos o novo coordenador do GTC. Porém, solicitou celeridade nos estudos e consequente ordenamento pois a situação atual é vergonhosa, e deve ser resolvida.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O prof. Rodrigo Sant'Ana disse que apesar de a demanda ser antiga, dados robustos são essenciais, por isso é necessário tempo. E reforçou que a ciência não dá opinião, ela se fortalece nos dados para gerar resultados, mas o GTC comprehende o grau de problema nesse atraso. A Sr.^a Sandra Silvestre (MPA) reforçou a necessidade de tempo para coleta de dados robustos e elaboração cuidadosa das propostas.

O Sr. Henrique Almeida (QUALIPESC) também agradeceu ao Professor Sant'Ana e pontuou que a origem do equívoco ocorreu na construção da INI nº 10/2011. Ele concordou o Sr. Cadu, e solicitou engajamento de todos para um encaminhamento concreto.

O Sr. Josué Bezerra (SPA-CE) reforçou que apesar da Secretaria estar sempre em parceria com o setor, existem diversos trâmites dentro dos fóruns do governo que levam tempo. E defendeu que o governo reconheça os erros e ofereça uma resposta sólida.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou que os dados de mapa de bordo recepcionados no sistema já foram organizados, faltando apenas uma análise relacionada ao rastreamento e logo seriam encaminhados ao GTC, para fornecer subsídios suficientes para as avaliações científicas.

O Sr. John Early (CBPA), a ser chamado por Sr. Fumacinha, comentou sobre a diferença entre os dados reportados e os dados de exportação, explicando que uma das razões pode ser a produção de jangadas artesanais, barcos tradicionais a pano não motorizados. Dadas suas características, não são obrigadas a reportar os dados de captura, mesmo tendo uma produção expressiva e de peixes de qualidade. E pontuou que a pesca nas baías da Traição e de Formosa acontecem de final de maio até agosto, não é o ano todo.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) complementou que existem frotas como a mencionada, chamadas de lanchas ou botes de pano, que pescam fora da plataforma



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

continental há séculos, e suas produções, com muita qualidade, vão para a exportação ou para o mercado interno, sem obrigação de reporte. Assim, sugeriu que o GTC considere esse esforço pesqueiro artesanal nas avaliações.

O Sr. Alex Lira esclareceu que o Brasil é obrigado a reportar à ICCAT o número de embarcações por frota, sendo indicação nominal para barcos acima de 20 AB, e números quantitativos, baseados no intervalo de tamanhos para as menores. Caso não reporte estes dados anualmente, o Brasil pode ser sancionado.

O prof. Ricardo Medeiros (SEPAQ-AP) elogiou a coordenação do CPG, o GTC e os participantes por unirem formas e informações para atender às demandas, afirmando que espera um ordenamento bem-feito para o estoque do Amapá, considerando dados científicos e aspectos sociais. Assim, solicitou que se considere controladas e não controladas nas análises da frota 1.12.

A Sr.^a Claudia sugeriu ao GTC avaliar a alteração da área de operação, caso não tenha manifestação contrária explícita no processo da INI nº 10/2011. Neste caso, com restrição ao uso de linha de mão, pois a vara caracteriza a 1.17.

O Sr. Francisco Bezerra (Colônia Z-33), a ser chamado por Chicão do Mel, questionou o MPA sobre ações relacionadas à pesca de juvenis associada a cardumes e relatou que embarcações de 11m a 13m estão deixando de operar por falta de condições de atuar em alto-mar. Ele comentou sobre a importância de se considerar a frota artesanal citada pelo Sr. Fumacinha, considerada como pesca costeira de albacora e de se considerar a frota artesanal citada pelo Sr. Fumacinha, considerada como pesca costeira de albacora, e criticou as exigências excessivas para regularização de embarcações simples na frota de peixes diversos devido às exigências descabíveis, como memorial descritivo da embarcação e uso de rastreador. Sugeriu maior flexibilidade regulatória e suspensão de autuações durante o período de discussão do ordenamento, ressaltando que cada embarcação sustenta várias famílias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Mariana Lobato (MPA) disse que a questão de juvenis está sendo discutida pelos pesquisadores da ICCAT e depois o Brasil deve internalizar as decisões. Quanto às sugestões sobre peixes diversos, por não se tratar de atuns, sugeriu que fossem encaminhadas aos CPGs Pelágicos e Demersais do N/NE.

O Sr. Raimundo Felix da Rocha (CBPA) pontuou a necessidade de melhoria na orientação a respeito das decisões tomadas nos CPGs e no governo, pois ainda há muita reclamação de pescadores que não conhecem as informações. Além disso, comentou sobre casos de desrespeito entre observadores de bordo e os mestres das embarcações, afirmando que na realidade todos deveriam colaborar, já que sem esta parceria e compartilhamento de conhecimentos, a pesca se tornará inviável.

O Sr. Joab (APEG) perguntou se a embarcação que se regularizar na Marinha para mar aberto não poderia entrar com o pedido do MPA para regularizar a licença dela na frota da 1.12.

A Sr.^a Sandra Silvestre e Sr.^a Mariana explicaram que há falta de vagas na modalidade e que mudanças na área de operação impactam outras questões, mas que a sugestão será avaliada. Por fim, a Sr.^a Sandra encerrou as discussões, seguindo a próxima pauta.

14. FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GESTORES DAS APA E MONA SÃO PEDRO E SÃO PAULO E APA E MONA TRINDADE E MARTIM VAZ

A Sr.^a Jackeline Nobrega (ICMBio) fez a apresentação acerca da formação dos conselhos gestores das APA e MONA São Pedro e São Paulo e das APA e MONA Trindade e Martim Vaz, as quais ocupam cerca de um quarto (25%) da ZEE. Foi ressaltado que a pesca é permitida dentro das APAs, no entanto é proibida dentro dos MONAs.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Foi explicado sobre as normas que determinam os conselhos gestores destes territórios, ressaltando a importância de articulação com a sociedade. Foi falado sobre as missões e processos de formação dos conselhos gestores, bem como sobre os setores que interagem com estas UCs.

A Sr.^a Thaíza Barreto (SINDIPI) relembrou que na reunião extraordinária do CONAPE, que ocorreu em 14 de janeiro de 2025 e convocou os CPGs (Atuns e Afins, Demersais SE/S, Pelágicos SE/S e Lagosta) para tratar da criação da Reserva Marinha da Biosfera Trindade e Martim Vaz, na qual todo o setor pesqueiro foi contra a criação da reserva devido à falta de informações sobre o Conselho. Assim, pediu mais explicações sobre este.

A Sr.^a Jackeline Nobrega informou que o ICMBio não participou das discussões acerca da Reserva da Biosfera, no entanto informou que pode solicitar ao MMA uma reunião para maior esclarecimento.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que seu entendimento foi outro, e que o CONEPE votou pelo apoio ao reconhecimento da área como uma reserva da Biosfera. A Sr.^a Sandra esclareceu que após a reunião de janeiro, o MPA repassou as dúvidas do setor ao MMA e, numa sequente reunião do CONAPE, todas as entidades do setor concordaram com a criação da reserva após o esclarecimento do MMA.

O PESCA-BR e a APAI-PESCA comentaram estar descontentes com a criação da reserva da biosfera devido ao receio de que esta afete os pescadores. Pediram desculpas por “deixar passar” a reunião do CONAPE o qual o MMA fez mais esclarecimentos sobre a reserva e solicitou que o assunto fosse tratado novamente no âmbito do CPG para maiores esclarecimentos.

O Sr. Marcos Bailon (SEPAQ-AP) esclareceu e reforçou que reserva da biosfera não cria nada de novo para os pescadores, apenas cria um reconhecimento de que o Brasil possui uma área que deve ser considerada de grande potencial para a biodiversidade. É uma área já antropizada, não cria nova medidas de restrição e não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

se limita só ao espaço marinho, abrangendo também parte da área costeira. Na verdade, não é uma reserva como se está acostumado a ver, mas sim um termo internacional, que pode ser interpretado de forma equivocada.

No mais, o SINDIPI, o PESCA-BR, APAI-PESCA e a ABIPESCA elogiaram a apresentação do ICMBio e a forma que foi conduzida a criação dos comitês das APA e MONA São Pedro e São Paulo e APA e MONA Trindade e Martim Vaz. Porém pontuaram, com relação à Reserva da Biofera, o medo e o risco que o setor pesqueiro sente em decorrência da sobreposição de áreas de conservação e de grupos de gestão.

A Sr.^a Jackeline Nobrega (ICMBio) agradeceu a oportunidade de participar e contribuir com o CPG, pontuou a importância da interação entre os envolvidos, parabenizando a condução de trabalho e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento.

A Sr.^a Sandra passou encerrou a pauta e passou a palavra à Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Pesca da FIESC. O Sr. André Mattos parabenizou os trabalhos do CPG e informou que o Sr. Wilson Santos apresentaria o tema seguinte.

15. MERCADO BRASILEIRO DE ATUM: POTENCIAL E FATORES COMPETITIVOS

O Sr. Wilson Santos disse que a pesca de atuns é uma das maiores commodity da pesca extrativa do mundo. Ele fez uma contextualização da representatividade do Brasil no comércio mundial de atuns e um histórico de capturas no mercado interno de atuns, destacando que em ambos os casos o SKJ foi a espécie mais produzida. Apesar disso, alertou sobre a queda na produção de SKJ de 2023 para 2024, devido ao número de embarcações de isca viva operando.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Foram apresentados dados de captura de frotas brasileiras de cardume e de isca viva comparado à frota de cerco espanhola, constando que o esforço de um barco de cerco espanhol equivale a 60 embarcações de cardume do nordeste. Com isso ele levantou a questão da sustentabilidade da pesca brasileira e mundial, questionando onde se deve agir. Foi falado ainda sobre o destino da captura nacional de atuns, afirmindo que as capturas não atendem à demanda da indústria nacional, além de potenciais de mercado no Brasil, visto que a captura poderia ser bem maior.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) ressaltou a sustentabilidade da pesca brasileira que, quando comparada a outros países da ICCAT, acontece predominantemente por método de isca viva e linha de mão. Com isso, questionou o quanto a regularização de algumas embarcações no Nordeste, que fariam capturas “de um por um”, realmente impactaria no contexto global.

O prof. Rodrigo Sant’Ana (GTC) disse que a abordagem apresentada sobre o componente de mercado foi bem interessante, mas apontou que houve equívocos na comparação de uso dos estoques de SKJ pelo Brasil e pela ICCAT. Ele explicou que são dois estoques: o Oeste, explorado pelo Brasil (95% da captura), Venezuela e EUA; e o Leste, explorado por demais países que também da ICCAT. Ressaltou que o estoque Leste é biologicamente mais produtivo e suporta maior captura.

Ele afirmou que o GTC concorda plenamente que petrechos de captura única são mais seletivos e que o cerco traz maior risco à sustentabilidade por afetar os juvenis, mas alertou que o termo “sustentável só é válido se o estoque estiver dentro de patamares sustentáveis, como ocorre no manejo da ICCAT. Ele reforçou o pedido de reporte caso vejam embarcações com dispositivos FADs europeus atuando no estoque Oeste, para que seja reportado à ICCAT.

O Sr. Wilson esclareceu que a ideia era enfatizar que o estoque explorado pela frota do Nordeste brasileiro tem potencial de captura de cerca de 35 mil t, porém o Brasil só explora 18 mil atualmente, mesmo sendo com petrechos mais seletivos. Com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

relação ao uso de um mesmo recurso, corrigiu que se referia ao recurso de multi-estoque da ICCAT, caracterizado pelo por SKJ, YFT e BET.

Representantes da SFPA-CE, ASPERN e QUALIPESC elogiaram a apresentação afirmando que foram pontuados assuntos muito importantes para o setor. Foi comentado sobre a importância de assumir a sustentabilidade no sentido amplo, considerando os atributos sociais, econômicos, ambientais e biológicos.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) comentou sobre a diminuição de embarcações atuantes e da produção, devido à paralisação da pesca de cardume que teve em 2023. Comentou ainda sobre a falta de reporte de dados de bordo da frota, solicitando ao IBAMA uma lista contendo os dados das embarcações que não reportam mapas de bordo para que a ASPERN e a QUALIPESC possam auxiliar no contato com os armadores e pescadores para que haja o reporte de 100% da frota.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESC) perguntou se os estudos levam em consideração as diferenças de esforço de pesca entre os métodos de pesca dentro e fora do país para a tomada de decisões que são implementadas no Brasil.

O prof. Sant'Ana sugeriu maior participação do setor nas reuniões da ICCAT para compreender melhor o processo de gestão. Explicou que as restrições variam conforme o tipo de pesca e o estoque: no caso do SKJ, o estoque Leste tem cotas e defeso para as frotas de cerco europeias, enquanto o Oeste, explorado principalmente pelo Brasil, tem apenas cotas devido ao menor impacto sobre juvenis. No entanto, se o padrão de captura de juvenis aumentar, como vem ocorrendo com BET e YFT, novas restrições podem ser aplicadas. Destacou ainda que países com dados mais robustos têm maior influência na ICCAT, e que o Brasil enfrenta um grande déficit nesse aspecto.

O Sr. Bell Neves pediu mais apoio do MPA para facilitar a comunicação entre Associações e órgãos que lidam diretamente com os pescadores, a fim de melhorar o reporte de dados, especialmente os mapas de bordo. A Sr.^a Mariana reforçou a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

necessidade de maior adesão de observadores de bordo nas embarcações e solicitou que interessados em participar das reuniões da ICCAT se manifestem por e-mail.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) agradeceu ao apoio frequente do Sr. Wilson ao Sindicato, e disse que a diminuição no número de embarcações atuante é muito preocupante, não se tratando apenas de números pois envolve pessoas. Ele comentou que uma das principais preocupações do setor quanto à ICCAT é que se tome decisões de última hora sobre assuntos que não estavam relacionados ao setor, mas passam a impactá-lo.

Encerrada a discussão, a Sr.^a Sandra deu início ao intervalo. Após o almoço, prosseguiu com a agenda, dando início ao tópico de demais demandas.

16. DEMAIS DEMANDAS DE ORDENAMENTO

O Sr. Gilberto Sales (MMA) informou que entrou em contato com a responsável do IBAMA responsável pela área que trabalha com os NDFs, a qual reconheceu a situação como grave e pediu para informar que gostaria de ter uma reunião com a coordenação do CPG para formular uma maneira de atualizar toda a situação para os CPGs. Adicionalmente, se corrigiu quanto à fala da manhã, a qual deu a parecer que o CPG não teria caráter de espaço privilegiado de discussão, mas o contrário, é o espaço mais importante, porém existem momentos que os órgãos do governo devem se reunir para convergir as ideias e levá-las aos comitês.

Além disso, solicitou como encaminhamento do CPG que as discussões referentes à revisão da INI nº 10/2011 sejam feitas em conjunto ao invés de revisar frota por frota, podendo o presente CPG recomendar que se inicie na área costeira marinha para pescarias de atuns. E reforçou a necessidade de preenchimento de mapas de bordo a bordo da embarcação, seja por gravação de áudio ou no papel, para depois ser repassada ao sistema eletrônico.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Rafaela Passarone (SERMOP/MPA) lembrou que até 2024 os mapas de bordo eram entregues de forma física com preenchimento de formulário, porém está melhorando aos poucos diante a sistematização eletrônica.

Apresentação sobre o status de atuns e tecnologias navais no Amapá

O prof. Ricardo Medeiros (SEPAQ-AP) realizou uma apresentação sobre o status de atuns e tecnologias navais no Amapá. Foi falado sobre os estoques de atuns presentes nas latitudes do Amapá e que o Estado atende todas os requisitos do MPA para formar uma frota atuneira. O professor falou sobre diversas reuniões e projetos nacionais e internacionais que fomentaram discussões acerca do desejo do Estado de acessar estes recursos marinhos de forma responsável.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) perguntou se a pesca do Amapá é mais oceânica ou no Rio Amazonas e ressaltou a importância de se explorar os recursos de todo o Brasil. O prof. Ricardo respondeu que é mais em rios e com barcos de pequeno porte, no entanto, a área marinha é extremamente produtiva e explorada por outros Estados.

Em sequência, a Sr.^a Sandra Silvestre passou a palavra aos participantes que haviam solicitado a fala anteriormente.

Discussões extras solicitadas no primeiro dia

O Sr. Antônio Carlos (PESCA-BR) se manifestou contra a participação da Sea Shepherd Brasil na reunião do CPG criticando o modus operante da ONG e seu envolvimento na pesca de tubarão-azul. Além disso, citou postagens da Sr.^a Nathalie em redes sociais criticando sua postura como presidente da ONG. Assim, e questionou quem havia convidado a Sea Shepherd e solicitou como encaminhamento que se reavaliasse o regimento interno do CPG. A Sr.^a Sandra respondeu que, como apresentado no início da reunião, o IBAMA fez o convite.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sr.^a Nathalie Gil (Sea Shepherd) afirmou que a reunião do CPG é aberta e explicou que a ONG vem lutando há anos pela conservação dos tubarões no mundo todo devido à situação crítica das espécies. Disse que o CPG Atuns e afins deve tratar também das espécies que estão sofrendo o bycatch da pesca. Por isso, a instituição vem trabalhando com órgãos do governo para colaborar com o combate à pesca ilegal e para atingir os principais pontos da pesca predatória.

Ela explicou que diante os desafios dos órgãos fiscalizadores, utilizando de estudos científicos, contribuições de inteligência e de estratégia, a ONG consegue alcançar pontos onde o governo não consegue estar. E solicitou, principalmente ao GTC, que ao avaliar o esforço se considere também o esforço de bycatch dos tubarões. Por fim, disse ter sido injusto o tempo de fala visto que não lhe foi dada a oportunidade de responder às falas direcionadas a ela pessoalmente, mas em respeito à organização finalizou a fala agradecendo a oportunidade.

O Sr. Igor Silva (IBAMA) afirmou que as falas direcionadas a particularidades pessoais não seriam adequadas, e explicou o porquê de convidar a Sea Shepherd. Diante a atual composição do CPG, com poucas entidades com posições divergentes, o IBAMA viu a necessidade de convidar entidades que possam para apresentar novos argumentos e embasar as discussões tanto no Comitê como nas discussões científicas. No intuito de promover um debate democrático que contemple as dimensões que o assunto exige, disse que o IBAMA vai sempre defender a participação desses entes.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) criticou a fala do Sr. Igor pois isso sugere passar por cima da estrutura que foi proposta pelo próprio governo para o funcionamento do CPG, a qual determina que discussões científicas baseadas em evidências de todas as visões científicas possíveis devem ocorrer no GTC, e, depois, devem ser levadas ao CPG. E reforçou o convite para que cientistas com diferentes visões e evidências participem das reuniões do GTC, que são abertas, para contribuir nas discussões.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Com relação à pergunta da Sr.^a Nathalie, que nos cálculos de estimativa de captura total já vem se tentado adicionar um potencial descarte, inclusive por meio de métodos discutidos na ICCAT. E reforçou que as discussões da ICCAT se baseiam em diversos cientistas renomados, de instituições do mundo inteiro que se doam para fazer avaliação de estoque com a melhor informação possível, com todos os parâmetros biológicos e ecológicos das espécies avaliadas, não se tratando de informações criadas ou pressionadas pelo setor. Desta forma, convidou a Sr. Nathalie, o Sr. Igor e seus pesquisadores representantes para participar de reuniões e/ou fazer parte do GTC. O Sr. Gilberto Sales (MMA) reforçou o convite.

O Sr. Joab (APEG) solicitou que se trabalhe em conjunto pensando tanto no setor como na conservação pois impacta também na vida das pessoas de toda a cadeia produtiva.

O CONEPE e o MMA se posicionaram favoráveis a participação da Sea Shepherd no Comitê pois pode agregar às discussões pontos de vista diferentes pautados na conservação dos recursos oceânicos. Foi dito que a gestão pesqueira inevitavelmente terá discussões conflituosas e estas devem se basear em evidências, educação, maturidade e respeito para tentar viabilizar o melhor para o país.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) comentou que a gestão brasileira por si só não vai interferir na população de cação-azul, que é transcontinental, mas que todos devem seguir as orientações e conceitos discutidos internacionalmente para a limitação do uso deste recurso.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) parabenizou o GTC, o MPA, o MMA e o ICMBio pela construção da norma do tubarão-azul, porém reforçou seu descontentamento perante a demora do IBAMA responder quanto à demanda do NDF. Ele reiterou que o IBAMA permanecia liberando a importação de tubarão-azul oriundo de embarcações estrangeiras que pescam na mesma área que as brasileiras,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

mas prejudicava o Brasil impedindo o andamento do processo interno. E afirmou que as discussões sobre o tema devem ser feitas no CPG atuns e afins.

O Sr. Igor Silva (IBAMA) afirmou que apoia e respeita o GTC pois é no grupo que se discute e internaliza as percepções acadêmicas dos temas discutidos. Por isso, se retratou sobre o convite feito aos professores para participar na reunião do CPG, explicando que numa última reunião ele questionou que faltava a posição dos professores na análise científica, o Comitê o orientou a convidá-los para a reunião.

O professor Francisco da Silva (UFRPE) afirmou que ele e a professora Rosângela de fato já foram convidados para reuniões do GTC/CPG, no entanto se sentiram receosos. Foi dito que em reuniões anteriores não foram bem tratados pelos membros do comitê e suas sugestões e pareceres foram ignorados. Ele reforçou que o CPG deve discutir a gestão pesqueira tanto pelo setor como pela conservação, e afirmou que agora talvez se sinta mais confortável para participar das reuniões do GTC.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) parabenizou o Sr. Gilberto Sales pela interlocução entre o setor, MPA e MMA. Além disso, disse não ser contra a participação da Sea Shepherd nas reuniões, desde que esta traga soluções mais plausíveis, pois a revogação da Portaria nº 30/2025 e a proibição da pesca seriam medidas contrárias ao longo avanço de todas as discussões já realizadas. Ele reforçou a necessidade de união das partes para fazer a gestão pesqueira e ainda reforçou o pedido de celeridade do IBAMA quanto ao NDF.

Dado o tempo de reunião, a Sr.^a Sandra encerrou as discussões e deu segmento à apresentação da proposta do GTC para otimizar as respostas às demandas do CPG-GTC.

Apresentação sobre proposta do GTC



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (Coordenador do GTC Atuns e Afins) explicou que, sua proposta decorreu da dificuldade da comunidade acadêmica em responder com eficiência às demandas provenientes do CPG. Destacou a necessidade de tempo para que as respostas, baseadas em evidências científicas e discussões com pesquisadores de todo o país, cheguem ao Comitê. Para melhorar esse processo, sugeriu a criação de uma métrica de prioridade e urgência para as recomendações, facilitando a tomada de decisão pela gestão.

Considerando todos estes fatores e supondo que a maior parte das demandas do CPG são encaminhadas em dezembro, já com suas classificações de prioridade, foi sugerido o seguinte calendário:

- **Fevereiro-Março:** Reunião presencial do GTC para discutir: triagem das recomendações, compilação de metodologias e de dados a serem requisitados e previsão de respostas.
- **Junho:** Reunião CPG para GTC apresentar dados preliminares e andamento geral.
- **Novembro:** Reunião presencial GTC: Apresentação das análises consolidadas, deliberação de documentos a serem encaminhados ao CPG.
- **Dezembro:** Reunião CPG para apresentação dos resultados finais e avaliação/deliberação do CPG.

Assim, o GTC teria um tempo hábil para realizar as demandas e um cronograma mais certo para elaborar as respostas da melhor forma, com as melhores evidências e da maior transparência possível para o processo. O MMA, a SERMOP/MPA e outros membros apoiaram a proposta.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) perguntou se há algum ritual para que pesquisadores possam colaborar com as discussões do GTC. O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) respondeu que há um processo prévio para compor o BTC e lhe



passaria estas informações. A Sr.^a Sandra solicitou um intervalo, em sequência deu início às discussões das recomendações.

17. RECOMENDAÇÕES

A Sr.^a Sandra Silvestre, Secretária Executiva do CPG, iniciou as discussões sobre as recomendações da 6^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, apresentando as três recomendações captadas pela equipe durante a reunião. Após as discussões, foram compiladas nove recomendações as quais se encontram na tabela abaixo:

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2025: Revisar as modalidades de pesca de atuns e afins previstas na INI MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, considerando as recomendações anteriores do CPG Atuns e Afins, a ser encaminhado ao GT Permissionamento	CPG Atuns e Afins	Ao longo de 2025
REC 2/2025: Encaminhar considerações e sugestões para a revisão do regimento interno da Rede Pesca Brasil, especialmente em relação a convidados nas reuniões dos CPG (encaminhar para o e-mail cpq-atuns-e-afins@mpa.gov.br), a serem avaliadas pelo MPA e MMA	Membros do CPG Atuns e Afins	Até 13 de junho de 2025
REC 3/2025: Encaminhar proposta de governança do GTC para a coordenação do CPG Atuns e Afins	GTC Atuns e Afins	Até 6 de junho de 2025
REC 4/2025: Avaliar os níveis de esforço de pesca cabíveis para cada uma das diferentes pescarias	GTC Atuns e Afins	Até o final de 2026
REC 5/2025: Identificar possíveis lacunas sobre a caracterização da pesca artesanal de atuns e afins, com apresentação em reunião no CPG Atuns e Afins.	MPA	Próxima reunião ordinária do CPG Atuns e Afins
REC 6/2025: Realizar campanhas educativas e treinamentos em relação ao Mapa de Bordo	MPA	Ao longo de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 7/2025: Uniformizar os métodos utilizados para determinação dos cruzeiros e eventos da atividade (lances, fundeio, etc.) de pesca a partir do rastreamento	GT PREPS e GTCs	De acordo com o Plano de Trabalho do GT PREPS
REC 8/2025: Incorporação das incertezas envolvidas nos processos de rastreamento satelital desde a uniformização das bases espaciais utilizadas até a incorporação dos erros associados à determinação da área de atuação.	GT PREPS e GTCs	De acordo com o Plano de Trabalho do GT PREPS
REC 9/2025: Apresentar em reunião ordinária do CPG Atuns e Afins a metodologia utilizada para determinar cruzeiros de pesca e largada noturna, a partir da descrição dos pontos importantes encaminhados à Coordenação pelos membros	IBAMA	Próxima reunião ordinária do CPG Atuns e Afins

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

18. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS 2025

A Sr.^a Sandra Silvestre sugeriu que a próxima reunião ocorresse entre os dias 13 e 17 de outubro de 2025, antes da reunião da ICCAT, sugestão que foi acatada pelos participantes.

Desta forma, ficou definida a realização da 7^a Reunião Ordinária entre os dias 13 e 17 de outubro de 2025, a ser realizada no Amapá ou em Santa Catarina, como sugerido pelos membros.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

19. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva, Sr.^a Sandra Silvestre, agradeceu a presença de todos que participaram de forma presencial e de forma virtual. Em seguida, declarou encerrada a 6^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, desejando uma boa tarde aos participantes logo após o registro da foto oficial da reunião.